



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22<sup>a</sup> REGIÃO

ESCOLA JUDICIAL - EJUD 22

PROAD N° /2025

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso III, alínea "f" do art. 74, da Lei n° 14.133/2021, de 2 (duas) inscrições nos cursos abertos de "3° Curso sobre e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos em conformidade com o MOS S-1.2, IN 2.043/2021 - IN 2.005/2021 e demais alterações" e no curso "7° Curso de Execução Orçamentária da Folha de Pessoal no SIAFI (Novo Documento) com OBPIX", ambos promovidos pela ABOP- Associação Brasileira de Orçamento Público, CNPJ 00.398.099/0001-21, localizada na S.C.S, Quadra 02 Bloco "B" N° 20, Edifício Palácio do Comércio 8º Andar, Salas 801/806, 901/906 CEP: 70.318-900 Brasília/DF - Brasil, sendo o primeiro curso no período de 14 a 18/07/2025 das 8h às 12h, em Brasília-DF, na modalidade presencial, totalizando 20 (vinte) h/a, ao custo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e o segundo curso no período de 04 a 08/08/2025 em Brasília-DF, na modalidade presencial, totalizando 24 (vinte e quatro) h/a, ao custo de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para a servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, VÂNIA MARIA CARVALHO LIMA GOMES, Assistente-Chefe da SECONF-

**Seção de Controle e Execução Financeira no SIAFI, com fulcro no o art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.**

## **2. DESCRIÇÃO DETALHADA**

2.1. A ação de capacitação será realizada na modalidade *presencial*, nos períodos de 14 a 18/07/2025, das 8h às 12h, totalizando 20 (vinte) h/a, ao custo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e no período de 04 a 08/08/2025, ao custo de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) totalizando R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais);

2.2. Serão utilizadas as metodologias descritas na proposta/folder, em anexo.

2.3. as rotinas práticas de tratamento das informações geradas pela escrituração eSocial e EFD-Reinf no ambiente da DCTFWeb, geração do DARF, seu ajuste do SISTAD e a recuperação de créditos via PER/DCOMP Web. Elaborar a DCTFWeb, declaração que substitui a GFIP/SEFIP bem como a emissão do DARF que substitui a GPS como documento de arrecadação dos tributos (INSS, IRRF e FGTS) da folha de pagamento e promover adequada operacionalização da EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA FOLHA DE PESSOAL NO NOVO SIAFI (NOVO CPR). No curso serão utilizados exercícios práticos aplicados diretamente no Novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Novo CPR), com a demonstração da melhor forma de preenchimento das diversas telas do documento, evidenciando ainda a extração de informações para programação financeira.

2.4 Ao final da capacitação, os(as) servidores(as) participantes devem estar habilitados a: a cumprir corretamente a legislação sobre as retenções tributárias e a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras informações Fiscais (EFD-Reinf) e efetuar corretamente os lançamentos da folha de pagamento no SIAFI na execução dos lançamentos contábeis.

### **2.5. Dados da empresa:**

- Nome: ABOP-Associação Brasileira de Orçamento Público
- CNPJ: 00.398.099/0001-21
- Endereço: S.C.S, Quadra 02 Bloco "B" Nº 20, Edifício Palácio do Comércio 8º Andar, Salas 801/806, 901/906 CEP: 70.318-900 Brasília/DF - Brasil
- site: abop.org.br
- Email: treinamento@abop.com.br
- Telefone: 61 3224 2613

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Da necessidade da ação de capacitação:**

3.1.1. A contratação de inscrições em curso externo aberto a terceiros oferecido por empresa de treinamento e aperfeiçoamento profissional para capacitar servidores do TRT22 sobre **"Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública: SPED, eSocial, EFD-Reinf, DCTFWeb e o novo Módulo de Inclusão de Tributos(MIT)** .

3.1.2. A capacitação se justifica, ainda, por abordar diversas situações enfrentadas por Órgãos e Entidades da Administração Pública e além disso, haverá discussões práticas sobre os procedimentos de execução das retenções, conforme as regras da EFD-Reinf

.

3.1.3. Além disso, justifica-se a participação no curso em razão da exigência de conhecimento e de capacitação permanente de servidores(as) do Tribunal como ferramenta para a entrega de um serviço de qualidade, considerando os princípios que regem a Administração Pública.

3.1.4. A realização da ação de capacitação demandada atende, também, à necessidade de desenvolvimento de atividades alinhadas aos objetivos do Planejamento Estratégico do TRT da 22ª Região e, em especial, o aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

#### **3.2. Da necessidade da contratação:**

3.2.1. O êxito da ação de capacitação depende da contratação de empresa que ofereça curso ministrado por profissional(is) especializadas(os) que apresente(m) conhecimentos, expertise e experiências notórias que garantam a condução eficiente e eficaz da capacitação, critérios preenchidos pelas(os) profissional(is) especializadas(os) indicados no folder, em anexo, considerando suas qualificações e experiências anteriores nos campos dos assuntos que serão abordados.

3.2.2. Desse modo, como as(os) instrutoras(os) disponibilizam seus serviços de ensino por meio da empresa ESAFI, mostra-se necessária a contratação da citada sociedade empresária.

3.2.3. Ademais, justifica-se a aquisição de inscrições de curso presencial pelo fato de essa modalidade possibilitar aos participantes a interação direta com as(os) instrutoras(es) em tempo real, expondo suas dificuldades, levando contribuições e experiências vivenciadas no dia a dia de forma a ampliar seus conhecimentos.

#### **3.3 Da Fundamentação Legal - inexigibilidade de licitação:**

3.3.1. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso

XXI, impõe à Administração Pública a abertura de processo licitatório para contratar obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos específicos previstos na legislação ordinária. Por sua vez, a Lei nº 14.133/2021 estabelece as exceções à obrigação de licitar, facultando aos entes públicos a contratação direta por dispensa ou por inexigibilidade de licitação.

3.3.2. A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a que alude o art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: estar prevista na legislação, a natureza predominantemente intelectual dos serviços e notória especialização do profissional ou da empresa prestadora do serviço, sendo presumida a natureza singular dos serviços descritos nas alíneas "a" a "h" do citado dispositivo.

3.3.3. O primeiro critério resta preenchido no caso concreto, pois o objeto do contrato (capacitação de pessoal) é definido como serviço técnico profissional especializado passível de ser contratado por inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021.

3.3.4. Ademais, a ação de capacitação tem como traço nodal a intensa e determinante intervenção pessoal das(os) instrutoras(es) para a obtenção dos resultados esperados, qual seja, o aprendizado, haja vista que os temas a serem abordados no curso exigem aprofundamento e adaptações necessárias para serem aplicados às necessidades do público-alvo do evento, demonstrando a singularidade do serviço a ser prestado pela profissional de ensino.

3.3.5. Adicionalmente, a metodologia a ser empregada no caso em tela, a condução de discussão sobre a temática a ser abordada, tem como elemento marcante a atuação das(os) profissional(is), visto que exclusivamente dependente de sua(s) didática(s) e forma de condução de grupos. As(Os) docente(s) irá(ão) expor o(s) conteúdo(s) temático(s) a partir de técnica(s) exclusivamente sua(s), desenvolvida(s) e aperfeiçoada(s) ao longo do tempo, com base em sua(s) experiência(s) pessoal(is), formação(ões) e trabalhos anteriormente realizados.

3.3.6. Tais características permitem afirmar indubitavelmente ser a presente prestação de serviços de natureza singular, revelando-se variável a cada execução e impossível de repetição, gerando resultados não homogêneos, ainda que haja pluralidade de executores.

3.3.7. Além disso, o diferencial associa-se à competência específica das(os) profissional(is) de ensino em sua(s) área(s) de especialização, com currículo(s) sólido(s) e notória(s) experiência(s), possuindo capacidade para contribuir significativamente para o aprimoramento dos

conhecimentos do público alvo do evento para, assim, atingir os fins almejados pela Administração ao proporcionar a participação de servidoras(es) do TRT22 em ação de capacitação.

3.3.8. Nesse sentido, a decidiu o TCU:

"considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93" (Processo nº TC 000.830/98-4, rel. Min. Adhemar Paladini Ghisi. Decisão n. 439/1998, do Plenário).

### **3.4 Justificativa para a escolha do prestador de serviço:**

3.4.1. A escolha da empresa indicada **no item 2.5** se justifica pela notória experiência em oferecer cursos sobre os assuntos que serão abordados na capacitação, sendo especializada em treinamentos e desenvolvimento de profissionais e atua há vários anos no mercado disponibilizando cursos sobre competências profissionais para gestores públicos e privados.

3.4.2. Além disso, a empresa ESAFI presta os serviços de aperfeiçoamento por meio de curso ministrado por profissional(is) reconhecida(o(as/os)) e de notória especialidade e experiência(s) comprovada(s) nos temas a serem abordados no evento, conforme indicado no folder, em anexo.

3.4.3. Adicionalmente, a singularidade da ação de capacitação é demonstrada por ter sido formatada considerando as peculiaridades do público alvo integrado por servidores(as) públicos, na data, características e conteúdos de interesse do TRT22, de forma a atender aos objetivos que a Administração pretende atingir por meio da capacitação de seus servidores, com vistas a alcançar o aprimoramento e consolidação do conhecimento, considerando que a qualificação dos colaboradores possibilita a busca de melhorias nos processos de trabalho tanto individual quanto institucional.

3.4.5. Nessa conformidade, no que se refere à justificativa da escolha do prestador de serviço, prevista no art. 72, VI, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a escolha, segundo o teor do §3º, do art. 74, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir ser a mais adequada à plena satisfação dos objetivos visados pela Administração do TRT22.

3.4.6. Considerando as razões expostas, sugere-se seja feita a contratação direta de inscrições em curso oferecido pela empresa especializada indicada **no item 2.5**, deste Termo de Referência, mediante inexigibilidade de

licitação, com supedâneo no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

### **3.5 Do alinhamento com os objetivos estratégicos:**

3.5.1. A contratação da ação de capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: aperfeiçoamento da gestão de pessoas, alinhando-se ao planejamento estratégico do TRT22.

## **4. PÚBLICO ALVO**

Servidores(as) lotados na COFI.

## **5. FORMA DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS**

5.1. Por se tratar de serviço técnico especializado predominantemente intelectual, conforme explicitado acima, o objeto é impossível de ser cotejado por meio de critérios objetivos de aferição. E sendo assim, a licitação é inexigível a teor do que dispõe o art. 74, III, "f" da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento solidificado no Acórdão nº 1397/2022 do E. Tribunal de Contas da União:

"Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, o conceito de singularidade não pode ser confundido com a ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede a contratação direta amparada no art 25, inciso II, da Lei 8.666/93. A inexigibilidade, amparada nesse dispositivo legal, decorre da impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento. (Acórdão TCU nº 1397/2022-Plenário).

## **6. REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário

## **7. DO VALOR**

7.1. O valor do investimento é de **R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)**, referente à prestação do serviço correspondente a 02 (duas) inscrições nos cursos **"3º Curso sobre e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos em conformidade com o MOS S-1.2, IN 2.043/2021 - IN 2.005/2021 e demais alterações"** e **"7º Curso de Execução Orçamentária da Folha de Pessoal no SIAFI (Novo Documento) com OBPIx"**

### **7.2 Justificativa do preço:**

7.2.1. Com relação à justificativa para aceitação do preço ofertado (inciso III, do parágrafo único, do art. 72, IV, da Lei 14.133/2021), por se tratar da contratação de serviços técnicos profissionais especializados, resta configurada a inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, pois resulta do esforço humano, portanto singular, incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de executores.

7.2.2. No caso concreto, considerando a impossibilidade de estimar o valor da contratação na forma

estabelecida no §1º, do art. 23, c/c o art. 72, II, da Lei nº 14.133/2023, a fim de parametrizar a análise de razoabilidade da contratação procedeu-se como orienta o §2º, do art. 7º da IN SEGES/ME nº 65/2021, cotejando-se notas de empenho emitidas em favor da empresa indicada, relativas a cursos com objetos similares comercializados pela indicada, as quais demonstram a razoabilidade do valor proposto.

7.2.3. Por essa razão, entende-se demonstrada a razoabilidade do valor da contratação, exigida no inciso VII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, restando cumprida a exigência da justificativa do preço, de acordo com §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2024 c/c o art. 7º, §2º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

## **8. DO CONTRATO**

8.1. O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, "caput" da Lei n. 14.133/2021.

8.2. A presente contratação terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da correspondente Nota de Empenho.

## **9. PRAZO CONTRATUAL**

9.1 - A realização do curso deverá se dar nos dias 23 A 25/04/2025, das 8h30 às 16h30, conforme proposta/folder, em anexo.

9.2 - Como se trata de contrato de execução instantânea, a vigência do contrato se estenderá até o implemento do recebimento definitivo do objeto e consequente adimplemento pecuniário por parte da Administração, considerando o §3º do art. 140 c/c o art. 111, ambos da Lei 14.133/2021, podendo ter seus prazos de execução prorrogados nos termos da legislação regente e a critério da Administração.

## **10. EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO**

10.1 Para a presente contratação, o interessado deve estar em situação regular com as contribuições abaixo indicadas, devendo apresentar os seguintes documentos, por ocasião da comunicação pelo TRT de que a sua proposta foi aceita:

a) Informação da conta bancária para depósito do pagamento, por meio da informação no SIGEO;

b) Comprovação da qualificação técnica do profissional especializado e/ou da empresa e/ou do corpo técnico, por meio de documentos hábeis que demonstrem a notória especialização do profissional ou da empresa, em face do desempenho anterior, experiência, estudos, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, entre outros, relacionados com suas atividades.

c) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. Garantir a realização do serviço especializado de ensino, conforme descrito na proposta apresentada, **nos dias 14 a 18/07/2025, das 8h às 12h e 04 a 08/08/2025, das 8h as 13h, de forma presencial**, conforme propostas/folders, em anexo;

11.2. Disponibilizar **material** eventualmente desenvolvido e aplicado por **meio digital**, caso previsto na proposta/folder do evento;

11.3. Realizar o cadastro no portal externo do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), acessando o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, como condição indispensável para contratação e recebimento de pagamento;

11.4. Enviar por meio do SIGEO-JT a nota fiscal referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a realização do curso.

11.5. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/Seguridade Social (certidão negativa de débitos) e perante a Justiça Trabalhista;

11.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

11.7. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento da capacitação.

11.8. Apresentar a cópia do Diploma da maior titulação acadêmica, bem como as informações da conta bancária para depósito do pagamento;

11.9. Disponibilizar certificado de participação ao final da capacitação, aos servidores aprovados.

11.10 Qualquer alteração em relação à programação ou da realização do evento, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à Escola Judicial do TRT da 22ª Região, telefones (86) 2106-9414 e (86) 2106-9475 ou pelo email: [ejud@trt22.jus.br](mailto:ejud@trt22.jus.br).

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT 22**

12.1 Orientar o prestador de serviço (pessoas físicas ou jurídicas) acerca da obrigatoriedade de realizar o cadastro no portal externo do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

12.2. Comunicar o contratado sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu



correto cumprimento;

12.6. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

12.7. Atestar e encaminhar a nota fiscal emitida pelo profissional de ensino ao Setor competente para autorizar o pagamento;

12.8. Acompanhar o pagamento dos contratados pela execução do serviço;

12.9. Avaliar a qualidade dos serviços realizados;

12.10. A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Escola Judicial do TRT da 22ª Região em três fases temporais:

12.10.1. Antes da execução do evento será verificada:

a) a confirmação do evento no prazo definido;  
b) a confirmação da inscrição das(os) servidoras(os) do TRT22;

c) o envio da nota de empenho à contratada.

12.10.2. Durante a execução do evento verifica-se:

a) a presença do profissional;  
b) a regularidade da prestação de serviço especializado contratado;  
c) o cumprimento dos horários;  
d) o fornecimento dos materiais;  
e) demais itens inclusos na contratação.

12.10.3. Após a execução do evento verifica-se:

a) o cumprimento da carga-horária;  
b) a avaliação do evento pelos participantes;  
c) Envio da Nota Fiscal pelo SIGEO-JT e ateste para efetivação do pagamento.

### **13. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer **nos dias 23 a 25/04/2025, das 8h30 às 16h30, de forma presencial.**

### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1. Por se tratar de objeto de execução instantânea não se mostra possível o recebimento provisório de que trata a Lei nº 14.133/2021.

14.2. O objeto e o serviço serão recebidos definitivamente pelo Fiscal do contrato após a realização do curso, devendo ser observado pela contratada as demais disposições deste Termo de Referência para fins de liquidação e pagamento das despesas decorrentes das

contratações no âmbito do TRT22.

## **15. DO PAGAMENTO**

15.1 O Fiscal do contrato deverá providenciar as orientações necessárias para que o contratado realize o autocadastro no SIGEO, de modo a possibilitar o pagamento dos serviços contratados pelo TRT22;

15.2 O Fiscal do contrato deverá providenciar o ateste da nota fiscal e a encaminhar em tempo hábil para o setor responsável para o pagamento;

15.3 Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.

15.4 Caso o contratado seja Pessoa Física (PF) sem vínculo de trabalho efetivo com a Administração Pública, sobre o valor faturado serão retidos os tributos relativos ao INSS, Imposto de Renda (devendo o contratado informar a quantidade de dependentes para cálculo do imposto) e ISS.

15.5 Caso o profissional já recolha o ISS perante a Prefeitura, o contratado poderá apresentar comprovação, para efeitos de não retenção do referido tributo.

15.6 Compete ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço.

## **16. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

No caso de eventual atraso de pagamento, ocasionados por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **17. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1 Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.

17.2 Tanto o gestor quanto o fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO e ao gestor o ateste das notas fiscais/recibos.

17.3 A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO por quaisquer irregularidades no cumprimento das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

17.4 Não obstante o CONTRATADO seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio do fiscal do contrato.

17.5 O fiscal do contrato pode sustar qualquer execução do trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.

17.6 A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá o CONTRATADO da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação.

## **18. DAS PENALIDADES**

18.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 o contratado que, com dolo ou culpa:

18.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato; 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846/2013.

18.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à aplicação das seguintes sanções administrativas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com os artigos 156 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021:

a) Advertência pela falta prevista no subitem 18.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observada a alínea "f" deste item 12 quando for o caso;

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, bem como nos casos dos subitens 18.1.2, 18.1.3. e 18.1.4 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

d) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze dias) dias;

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, para o atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias, caso em que a Administração poderá aceitar ou rejeitar o produto ou serviço e, se entender conveniente, promover a extinção unilateral do Contrato, conforme dispõem os artigos 138, inciso I, e 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

f) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela infração prevista no subitem 18.1.1, quando for o caso;

g) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato pela infração prevista no subitem 18.1.2;

h) multa compensatória de 20% a 30% (vinte a trinta por cento) sobre o valor do contrato pelas infrações previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9.

18.2.1. A recusa injustificada do adjudicatário em

assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e configurará a infração prevista no subitem 18.1.3 e as respectivas sanções.

18.2.2. Se o descumprimento consistir na perda das condições de habilitação, a Administração concederá o prazo de 30 (trinta) dias para a empresa regularizar a sua situação, sem cominação de penalidade para o período.

18.2.2.1. Não regularizando sua situação no prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser aplicada a penalidade de multa à empresa no importe de 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e, a critério da Administração, o contrato poderá ser extinto.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

18.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

18.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação oficial.

18.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

18.13. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

18.14. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

18.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **19. DAS DEFESAS E DOS RECURSOS**

19.1 As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 166, 167 e 168 da Lei nº 14.133/2021, e poderão ser enviados por e-mail, **exclusivamente** ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo da apresentação dos originais no

prazo legal estabelecido.

19.2 A apresentação de defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de e-mail não exime a contratada de enviar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias do término do prazo legal.

19.3 O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

## **20. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA EXECUÇÃO**

20.1. Por se tratar da prestação de serviço especializado de capacitação que tem dia e hora previamente marcada para ocorrer, **dias 14 a 18/07/2025, no horário das 8h as 12h e de 04 a 08/08/2025, no horário de 8h às 13h**, o parcelamento da execução prejudicaria o aproveitamento dos participantes, pois teria como consequência a interrupção do conteúdo.

20.2. Dessa forma, não pode ocorrer o parcelamento da execução dos serviços, que devem ocorrer na data e horários previamente programados.

## **21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

21.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão (UG): 080024
- Unidade Orçamentária (UO): 15123
- Fonte de Recurso: 100
- Programa de Trabalho:
  - o PTRES 168267 (Capacitação de Recursos Humanos);
- Elemento de Despesa: 339039

## **22. DOS ANEXOS**

- a) Documentação da empresa que viabiliza a capacitação pretendida;
- b) Programação do Evento;
- c) Diploma da maior titulação acadêmica do profissional de ensino contratado.

O presente "Termo de Referência" foi elaborado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Trabalho da 22ª Região, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e integra processo administrativo.

Teresina, 10 de junho de 2025.

**RAIMUNDO SARAIVA DE MORAES FILHO**